



POR QUE OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS INDUZEM À MUNICIPALIZAÇÃO ?

Rita de Cassia Borguetti PELOZO

Docente FAHU, Associação Cultural e Educacional de Garça - ACEG, Garça, SP, Brasil.



RESUM O

Este artigo é resultado da pesquisa bibliográfica referente ao tema: o interesse dos Organismos Internacionais pela descentralização da educação. O objetivo desse trabalho é proporcionar uma visão geral do processo de descentralização e os interesses dos seus principais investidores - os Organismos Internacionais. Fizemos a análise teórica, fundamentada em autores portugueses e brasileiros e, procuramos encontrar possíveis mecanismos que induzem à descentralização da educação. Concluímos que apesar do fenômeno da descentralização não ser totalmente novo e possuir suas raízes em décadas passadas, este vem com novas roupagens, formando consensos e adquirindo prestígio. Sendo irremediável, os efeitos prejudiciais da descentralização podem ser constatados em várias instâncias, inclusive na educacional.

Palavras-chave: descentralização; Organismos Internacionais.

SUMMARY

This article is the result of a literature research concerning the subject: the interests of International Organisms for education decentralization. The objective of this work is to present a general view of the decentralization process and the interests of the principal investors - the International Organisms. We made a theoretical analysis, based in Portuguese and Brazilian writers and looked for possible mechanisms that induce education decentralization. We concluded that although the decentralization phenomenon is not totally new and possesses its roots in decades past, it has come back with new outfits, making consensus and acquiring prestige. Being irremediable, the harmful decentralization effects can be evidenced in several instances, included the educational.

Keywords: decentralization, International Organisms.

1. O CONTEXTO...

Estamos presenciando notáveis mudanças na estrutura e organização do ensino, bem como na política educacional.

Atualmente, vários países sofrem influências dos Organismos Internacionais na elaboração de projetos educacionais que visam atender às exigências do mundo globalizado. O Brasil também encontra-se nesta situação. No caso da educação aplicam-se propostas, as quais atendem ao mercado e à classe dominante, deixando de lado interesses da população.

Como resposta a crise do Estado, surge o processo de descentralização, o qual é defendido pelos Organismos Internacionais, inclusive pelo Banco Mundial (BM).

A maioria dos projetos da área educacional elaborados pelo BM têm caráter descentralizador, promessas de qualidade e de melhoria do ensino. Esses processos de descentralização, inclusive o da educação vem com o intuito de reestruturar o Estado, o qual encontra-se em crise.

Segundo Barroso (1999) o contexto atual é resultado de várias crises: da legitimidade, da governabilidade e do modelo. Ou seja, nos últimos tempos, o Estado que possuía caráter centralizador acabou

desmoroando -se e, o monopólio de poder foi posto em causa, pois a sociedade civil passou a reivindicar interferência maior na definição das políticas. Conseqüentemente, com a rapidez da mudança no sistema, a educação deixou de atender as necessidades do mundo atual, uma vez que não aperfeiçoou-se tão rápido quanto as mudanças. Mesmo com a aplicação de grandes reformas, na maioria das vezes estas não passaram do papel; e se passaram vinham atender aos interesses da classe dominante.

Todos estes fatores desencadearam a crise no modelo pedagógico, o qual era centralizado e tratava todos os indivíduos como se fossem apenas um. No entanto, com o novo momento, exige que as pessoas sejam vistas como diferentes, uma vez que para atuar no mercado é necessário ter várias habilidades; ser diferente para poder competir.

Mais uma vez, a escola se adequa à ideologia dominante, e para isso tem procurado caminhos para proporcionar equilíbrio entre as esferas de poder, tornando -as menos centralizadoras.

É diante essa argumentação que os Organismos Internacionais acabam induzindo a descentralização, inclusive a da educação. O BM defende a idéia de que com a divisão de responsabilidades, as instâncias menores poderão atuar conforme suas necessidades e, conseqüentemente, diminuam os encargos do Estado reestruturando -o.

O BM defende o processo de descentralização não pensando no bem estar da população, mas defendendo seus interesses de agência financeira, o qual institui políticas que necessitam de seus empréstimos. Dessa forma, o BM induz esse processo e propõe que a realidade torne-se adequada aos seus modelos e, para que isso seja possível as políticas devem orientar -se para reformar o Estado, institucionalizando novos comportamentos aos indivíduos, os quais se aproximarão do modelo da concorrência global.

É neste contexto que pretendemos analisar como o processo de descentralização acontece, quem o defende e quais alternativas há para conviver com ele. Procuraremos buscar elementos teóricos para fundamentar esse estudo, recorrendo ao pensamento de diversos educadores que pesquisam sobre o assunto.

2. BANCO MUNDIAL E O INTERESSE PELA DESCENTRALIZAÇÃO

Descentralização passa a ser uma das palavras de ordem do cenário mundial. A maioria das medidas tomadas apontam nesta direção e a política educacional brasileira não foge à regra.

Nos últimos anos, o BM estabeleceu novos acordos com seus clientes. As propostas que antes eram firmemente impostas, hoje, segundo essa agência, pode ser discutida com seus clientes. Porém, esse discurso reformador está ancorado a velhos ou renovados interesses e concepções dos investidores, que fazem parte da classe dominante. Ou seja, apesar de parecer que houve mudanças significativas, tudo ainda está no papel.

Ao final dos acordos, o BM coloca ter chegado num consenso, pois suas políticas podem realmente ser discutidas. Essa agência procura iludir os países atacando -lhes o que é comum como: propostas para combater a pobreza, investimento no ensino fundamental, entre outras.

É interessante ressaltarmos que as propostas do BM são elaboradas por países desenvolvidos, porém, quando aplicados nos países subdesenvolvidos, na maioria das vezes, não obtém êxito, pois tentando restabelecer-se acabam gastando muito em bem-estar social. Esses tipos de gastos são decorrência dos pacotes prontos, os quais têm o objetivo de causar certas desigualdades, que no entender do BM, são saudáveis. Assim, agrava-se mais a situação desses países.

O BM acaba elaborando seus projetos considerando que os países sejam todos iguais, com os mesmos valores e necessidades e dando -lhes a mesma solução. Isso faz com que suas propostas tornem-se irreais, pois ao invés delas adaptarem -se aos países, são estes que devem adaptar-se a ela.

Embora nos últimos anos justifica-se que tais projetos são flexíveis, na realidade isso não é verídico, pois aceita -se as imposições ou perde -se os empréstimos.

Constatamos que os projetos do BM, principalmente os que visam a descentralização, tentam convencer os países a estabelecerem consensos. Aparentemente, já não são mais impostos e, orientam -se pela lógica da globalização, onde existem possibilidades de novas relações, menos impositiva, mais horizontal e flexíveis a realidade de cada país.

Os projetos descentralizadores são defendidos pelos Organismos Internacionais. No caso da educação, tenta -se iludir que descentralizando a educação, o currículo pode ser melhorado, pode -se atender às necessidades locais, os métodos de ensino poderão ser aperfeiçoados e o sistema gerencial pode agilizar as decisões, aumentando a eficácia do serviço.

Em seus documentos, o BM usa alguns casos isolados de sucesso, generalizando - os. A intenção desse Organismo, além de financiar a implementação de seus projetos não é fazer com que o processo de descentralização busque a qualidade do ensino e sim, investir em projetos que visem um ensino para atender o

mercado e aumentar a produtividade e a flexibilidade da força de trabalho, garantindo aprendizagens básicas que atendam ao contexto global. Podemos notar esse dado ao analisarmos como o ensino profissionalizante estrutura-se hoje, e que tipo de competências o indivíduo precisa ter na sociedade.

O processo de descentralização é apresentado com muitas promessas de melhoria, como: legitimação da democracia, divisão nas tomadas de decisões, melhoria na qualidade de ensino, entre outros. No entanto, nos processos de negociação pouco se fala de seus pontos negativos, apenas apresentam-se os casos que tiveram êxito. Caso apareça algum caso mal sucedido, de imediato a culpa é colocada nos responsáveis pela execução.

As políticas do BM têm seus fundamentos nos modelos do mercado capitalista. A metodologia utilizada para definir suas políticas reduz-se à análise econômica, que se enquadra na teoria econômica neoclássica. Isso quer dizer, que os valores do mercado capitalista são introjetados na esfera cultural. Esse tipo de análise acaba promovendo intervenções equivocadas, inclusive na área educacional.

Com esse modelo, acaba assemelhando o sistema educacional à empresa. Desta forma, descentraliza-se a educação com o intuito de fazer com que esta concorra no mercado. Ou seja, cada instituição acaba sendo responsável pelo seu êxito ou fracasso, desresponsabilizando o Estado. Este deixa de ser executor de políticas, passando a ser controlador.

Descentralizando, ou melhor dizendo, repassando alguns encargos, o Estado apenas intervém, deixando de ser responsável direto pela educação. Segundo Afonso (1999) essa redefinição dos modelos sociais em virtude do mercado fez com que a educação torne-se um quase-mercado. Ou seja, a idéia da empresa é transposta no sistema educacional, porém é o Estado que injeta recursos e interfere com o intuito de regular.

No entanto, na maioria das negociações feitas com os países, a visão de descentralização do BM não significa atender ao mercado e aos interesses dominantes. Segundo Costa (1999) "a descentralização do ensino foi sempre apresentada como portadora de um conjunto de vantagens, nem sempre totalmente verdadeiras. Ela seria propiciadora de uma ação da política educacional menos burocratizada, permitiria maior flexibilidade nas mudanças curriculares e possibilitaria uma gestão mais democrática das escolas" (p. 101). Porém, por trás desse discurso sabemos que existem interesses maiores e acima de tudo, é conveniente ao Estado a concretização deste processo, pois à medida que este desresponsabiliza-se dos encargos, este passa a assumir o papel de regulador.

CONCLUSÃO

O fenômeno da descentralização vem tomando conta dos países, principalmente dos subdesenvolvidos. Sua aceitação é resultado de negociações e de consensos induzidos.

Mesmo sendo prejudiciais, os projetos dos Organismos Internacionais acabam sendo implantados com o pretexto de melhoria dos sistemas educacionais. No entanto, a maioria deles visam a obtenção de lucro destas instituições e a manutenção da ordem pela classe dominante. Mais uma vez, os interesses de uma minoria acabam afetando a maioria...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, A .J. **Estado, mercado, comunidade e avaliação: esboços para uma rearticulação crítica. Educação e Sociedade.** N.69, dez.1999, p.139-164.
- BARROSO, J. **O caso de Portugal.** In BARROSO, J.(org). A escola entre o local e o global - perspectivas para o século XXI. Lisboa: Educa, 1999, p.129-142.
- COSTA, V.L.C. (org). **Descentralização da Educação: Novas formas de coordenação e Financiamento.** São Paulo: Cortez: FUNDAP, 1999.
- OLIVEIRA, R.P. de **Reformas educativas no Brasil na década de 90.** In CATANI, A .M.e OLIVEIRA, R.P. de (org). **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.77-94.